

Rosemberg: medidas sobre IR são "bomba"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney hesitou muito em enviar ao Congresso o projeto de lei que eliminaria o desconto do Imposto de Renda na Fonte para as camadas de mais baixa renda, depois que foi alertado pelo seu assessor especial para assuntos econômicos, Luiz Paulo Rosenberg, de que a medida se constitua "numa bomba de efeito retardado, com prejuízos políticos incalculáveis em futuro próximo".

Luiz Paulo Rosenberg participou de uma reunião na segunda-feira última, no Ministério da Fazenda, para "fechamento do pacote", quando apresentou o trabalho sobre a privatização das empresas estatais, e conheceu as medidas fiscais que seriam adotadas, sob a inspiração do economista João Manoel Cardoso de Melo.

Rosemberg discordou das medidas por entender que dar ao trabalhador uma imagem falsa de que ele não pagaria mais Imposto de Renda, e reter até 1989 os descontos a mais feitos este ano, poderia ser decisivo para o descrédito de todo o governo. Além do mais, entende o economista que a expansão da liquidez do País via Imposto de Renda, num ano de escassez de produtos, como se espera que seja 86, fará disparar a inflação, com o agravamento de que as empresas certamente vão transferir para os preços dos produtos os custos de antecipação de receita.

"Os argumentos do Rosemberg não foram vencidos. Eles cederam ao galão do ministro da Fazenda, que fez valer as idéias de João Manoel Cardoso de Melo", disse ontem uma fonte com assento no Palácio do Planalto, também ela descrente da efi-

cácia das medidas contidas no "pacote" fiscal do "programa de mudanças" do presidente Sarney.

Na mesma segunda-feira, Rosemberg manifestou as suas preocupações ao presidente Sarney, que convocou uma reunião com o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, para a terça-feira. Funaro veio do aeroporto procedente dos Estados Unidos direto para o Palácio do Planalto, onde recebeu recomendações expressas do presidente José Sarney para não deixar dúvidas de que o trabalhador não vai deixar de pagar o Imposto de Renda. O que a União vai fazer é deixar de recolher na fonte. Mas quando entregar a declaração de 86, vai ter que pagar em três parcelas o que estiver devendo. Este também foi um dos fatores que provocaram o adiamento do anúncio das medidas, de quarta-feira para ontem.